

## Ata Resumo da Reunião n.º 01/2022 – 18/01/2022

### Ordem de Trabalhos

**Ponto 1.** Aprovação da Ordem de Trabalhos;

**Ponto 2.** Aprovação da Ata e da Ata Resumo da última reunião;

**Ponto 3.** Situação da ADSE. Trabalho realizado em 2021;

(Neste ponto da Ordem de Trabalhos participará a Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública Dr<sup>a</sup> Alexandra Leitão).

**Ponto 4.** Plano Estratégico (Revisão para 2021-2023). Discussão e votação do Projeto de Parecer;

**Ponto 5.** Tabela do Regime Convencionado. Ponto de situação. Relações com os Prestadores de Saúde;

**Ponto 6.** Convenções da ADSE – Ponto de situação;

**Ponto 7.** Informações do Conselho Diretivo;

**Ponto 8.** Outros assuntos;

**Ponto 9.** Marcação da próxima reunião.

Participaram na reunião 11 Conselheiros, a Presidente e os dois Vogais do Conselho Diretivo e a Fiscal Único.

A Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Dr<sup>a</sup> Alexandra Leitão, participou no Ponto 3 da Ordem de Trabalhos.

Foram aprovadas por unanimidade a Ordem de Trabalhos da reunião e a Ata e Ata Resumo da reunião anterior.

No Ponto 3. da Ordem de Trabalhos o Presidente do CGS saudou e agradeceu a presença da Sra. Ministra, que fez questão de estar presente nesta reunião, na fase final do seu mandato como Membro do Governo.

A Sra. Ministra fez o Balanço do trabalho desenvolvido como Ministra responsável pela Tutela Estratégica, destacando como factos mais importantes:

- A regularização da inscrição dos Precários;
- O Alargamento da ADSE aos Trabalhadores do Estado com Contrato Individual de Trabalho;
- A aprovação das novas Tabelas do Regime Convencionado.

No debate que se seguiu foi saudado pelos Conselheiros o trabalho desenvolvido pela Tutela e a disponibilidade sempre manifestada para reunir com o CGS, diálogo que foi benéfico para a ADSE e os seus Beneficiários.

Foi referido que permanecem questões de urgente resolução tais como a admissão de recursos humanos, as relações com o SNS e a resolução das questões relacionadas com as Autarquias. Foi destacada a melhoria na Comunicação da ADSE e a urgente necessidade de marcar as eleições para o CGS.

Pela Sra. Ministra foi referida a futura revisão da Tabela do Regime Livre e as regularizações dos Prestadores de Saúde.

Foi ainda referida a nomeação do novo Conselho Diretivo, em especial da sua Presidente Dr<sup>a</sup> Manuela Faria.

No Ponto 4., já sem a presença da Sra. Ministra da Saúde, foi discutido o Projeto de Parecer n.º 1/2022 sobre a revisão do Plano Estratégico para 2021-2023.

O Parecer foi aprovado por unanimidade. De destacar neste Parecer:

- O carácter excepcional do ano, face à pandemia e à entrada em vigor da nova Tabela do Regime Convencionado, que levou o Conselho Diretivo a só em dezembro apresentar o Plano de Atividades;

- A publicação do Decreto-Lei n.º 4/2021, de 8 de janeiro, que alargou a ADSE aos Contratos Individuais de Trabalho, que permitiu aumentar o número em mais de 100 mil Beneficiários Titulares e Familiares;

- A necessidade de dever dar-se o maior destaque à política de informação e comunicação da ADSE, e à grande falta de recursos humanos;

- O CGS reitera o seu Parecer de 18/10/2018 sobre o anterior Plano Estratégico, em especial:

- A necessidade de uma melhor formulação e articulação com os Planos de Anuais de Atividade;
- A importância de definir claramente os principais objetivos a alcançar nos próximos 2 anos e os indicadores para acompanhar a sua execução;
- A preocupação em garantir a sustentabilidade, como garantia de prestação de cuidados de saúde e proteção na doença dos Beneficiários;
- A necessidade de refletir sobre questões estratégicas não abordadas, ligadas à revisão dos Decretos-Lei n.º 7/2017 e n.º 118/83, incluindo a ponderação do papel da ADSE nas Juntas Médicas;
- A monitorização semestral e anual de áreas importantes como a referente à nova Tabela do Regime Convencionado.

O CGS fez o Ponto de Situação da Tabela do Regime Convencionado, destacando:

- A preocupação com o quadro médico ao serviço das Convenções;
- Que houve mais de 16 000 novas Associações no regime Convencionado;
- A celebração em 2021 de 93 novas Convenções.

Neste momento existem 938 Acordos de Capitação, dos quais 316 foram celebradas em 2021.

Em 2020 e 2021 houve 84 120 primeiras inscrições de Beneficiários Titulares e 59 696 de Beneficiários Familiares.

Foi referido o Despacho da Sra. Ministra da Saúde sobre o suporte dos custos pelo SNS dos atos nos Centros de Saúde, deixando de ser obrigatório pôr o número de Beneficiário da ADSE. Esta matéria será discutida pelo CGS logo que recebido o referido Despacho.

A próxima reunião do CGS foi marcada para 15 de fevereiro de 2022.